

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL BANCÁRIA E MICROCRÉDITO RURAL NO NORDESTE BRASILEIRO

Ednael Macedo Felix

Doutorando e Mestre em Administração de Empresa pela Universidade de Fortaleza
Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1231915953131426>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4520-8257>
E-mail: edynaell@hotmail.com

Daniela Silva Araújo

Mestranda em Administração de Empresa pela Universidade de Fortaleza
E-mail: daniela_s.araujo@yahoo.com.br

Randal Martins Pompeu

Doutor em Gestão pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Portugal
Professor do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Fortaleza
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3586536954619143>
E-mail: randal@unifor.br

Antoniél dos Santos Gomes Filho

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará
Professor da Universidade Regional do Cariri – Campus Avançado Campos Sales
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9563145614494252>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2230-4315>
E-mail: antoniél.historiacomparada@gmail.com

Artigo Original

Recebido em: 30 de Abril de 2022

Aceito em: 05 de Agosto de 2022

RESUMO

As discussões sociais que perduram há centenas de anos, e o novo perfil de consumo e comportamento dos stakeholders levaram as organizações a optarem por práticas sociais e ambientais mais responsáveis, e no caso dos bancos essa realidade não é diferente. As questões sociais nos bancos apresentam peculiaridades relacionadas à intermediação financeira, que no caso das operações de crédito, atuam tanto adotando critérios socioambientais para concessão de crédito e financiamentos, como ofertando operações de crédito específicas, com objetos ou objetivos sociais ou ambientais. Admitimos que ao identificar onde e a quem é oferecido o microcrédito, e sua relação teórico-prática com

ações governamentais, associada à análise e discussão sobre a política de responsabilidade socioambiental do setor bancário no âmbito do microcrédito rural, principalmente no setor público, proporcionamos acessibilidade e transparência, sendo ainda exercício de controle cidadão e uma forma de contribuição acadêmica. Buscamos saber qual a relevância do microcrédito rural na implementação da política de responsabilidade socioambiental do setor bancário no nordeste brasileiro. Por meio de pesquisa documental com dados secundários, tratamos os relatórios de uma instituição bancária, e buscamos atender ao objetivo de descrever a relevância do microcrédito rural na execução da política de responsabilidade socioambiental do setor bancário no nordeste brasileiro. Constatamos que a maior parte dos clientes do Agroamigo são pessoas de baixa escolaridade, 92% desses clientes possuem no máximo ensino médio incompleto e com renda média de até R\$ 3 mil, e que a Política de Responsabilidade Socioambiental carrega profunda relação com o programa de microcrédito Agroamigo.

Palavras-chave: Perfil; Microcrédito; Rural; AgroAmigo; Ceará.

SOCIAL AND ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY POLICY, BANKING AND RURAL MICROCREDIT IN NORTHEAST BRAZIL

ABSTRACT

The social discussions that have lasted for hundreds of years, and the new consumption profile and behavior of stakeholders have led organizations to opt for more responsible social and environmental practices, and in the case of banks this reality is no different. Social issues in banks have peculiarities related to financial intermediation, which, in the case of credit operations, act both by adopting socio-environmental criteria for granting credit and financing, as well as offering specific credit operations, with social or environmental objects or objectives. We admit that by identifying where and to whom microcredit is offered, and its theoretical-practical relationship with governmental actions, associated with the analysis and discussion of the socio-environmental responsibility policy of the banking sector in the scope of rural microcredit, mainly in the public sector, we provide accessibility and transparency, still being an exercise of citizen control and a form of academic contribution. We seek to know the relevance of rural microcredit in the implementation of the socio-environmental responsibility policy of the banking sector in northeastern Brazil. By means of documentary research with secondary data, we treat the reports of a banking institution, and we seek to meet the objective of describing the relevance of rural microcredit in the execution of the socio-environmental responsibility policy of the banking sector in the Brazilian northeast. We found that most of Agroamigo's clients are people with low schooling, 92% of these clients have not completed high school at most and have an average income of up to R\$ 3 thousand, and that the Socio-environmental Responsibility Policy has a deep relationship with the Agroamigo microcredit.

Keywords: Profile; Microcredit; Rural; AgroFriend; Ceará.

INTRODUÇÃO

Não deveríamos olhar para os pobres como consumidores de nosso produto. Deveríamos vê-los como produtores potenciais, pessoas potencialmente criativas que podem assumir sua própria vida e transformá-la (YUNUS, 2000, p.130).

Iniciamos o texto deste artigo com essa citação de Muhammad Yunus dada sua percepção vivencial das mazelas e invisibilidade da parcela mais pobre da população mundial. Quando Yunus (2000) propõe que a Responsabilidade Socioambiental Corporativa (RSC) pode ser vista como o dinheiro usado pelas empresas mais para propósitos promocionais do que para verdadeiramente cuidar da vida das pessoas, somos levados a uma reflexão para além da miopia mercadológica de consumo. Esse exercício reflexivo nos leva a questionar se alguns projetos, públicos e empresariais, consomem mais recursos financeiros com publicidade do que com o próprio fim da ação. Daí a proposição de análise do conjunto de informações usadas para justificar políticas de acesso ao crédito e ações corporativas de RSC.

As dimensões territoriais brasileiras guardam consigo distintas mazelas sociais, problemas antigos e recentes, que assolam jovens e idosos, indo desde a concentração fundiária, passando pela má distribuição de renda, alcançando o isolamento e a exclusão cibercultural com a precária e às vezes inexistente infraestrutura tecnologia nas áreas rurais do país. Essas áreas rurais, principalmente no Nordeste brasileiro, além de enfrentarem estiagens e secas cíclicas, as periclitantes condições edáficas e a pouca estrutura de saúde, ainda convivem com a fome e o desemprego que por décadas sequenciais, levam famílias a se submeterem a migração interna em uma condição de retirantes modernos.

A parcela pobre e geralmente de baixa escolaridade da população nordestina, convive sempre com pouca ou nenhuma perspectiva de ascensão social, sejam em termos de melhores condições educacionais, saúde, segurança alimentar ou muito menos consumo. Assim, desassistida e geralmente invisível ao estado, sobrevive e perece diante de tantos desafios e negação a uma condição digna de vida.

A dignidade e independência financeira são conquistas que podem vir por meio de ações de fomento socioeconômico sustentável, a exemplo do microcrédito rural de produção, que impacta a população de baixa renda gerando emprego na camada mais pobre, sem acesso ao sistema financeiro tradicional (ALMEIDA, 2013). Assim, os

volumes de recursos bem como o número de contratos de acesso a microcrédito, principalmente rural, são reflexos de como estratégias de ação e políticas de acesso ao crédito são desenvolvidas ao longo do tempo. Identificar onde e a quem é oferecido esse microcrédito, supre as lacunas nas pesquisas em administração sobre microcrédito e sua relação teórico-prática com ações governamentais, que quando associada à análise e discussão sobre a política de responsabilidade socioambiental do setor bancário no âmbito do microcrédito rural, principalmente no setor público, proporciona acessibilidade e transparência, além de ser um exercício de controle cidadão e também uma forma de contribuição acadêmica com pesquisas específicas sobre o setor.

Desse modo, buscamos com esse texto responder a seguinte pergunta de pesquisa: qual a relevância do microcrédito rural na implementação da política de responsabilidade socioambiental do setor bancário no nordeste brasileiro?

Sendo assim, por meio de pesquisa documental com dados secundários, tendo como objeto de estudo os relatórios periódicos de uma instituição bancária e de fomento do setor, buscamos atender o objetivo de descrever a relevância do microcrédito rural na execução da política de responsabilidade socioambiental do setor bancário no nordeste brasileiro. Para isso a análise tomou como documentos: o último Relatório de Sustentabilidade de um banco público; sua Política de Responsabilidade Socioambiental; e seus relatórios de microfinanças rural.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CORPORATIVA E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO NORDESTE

É possível afirmar segundo Machado e Silva (2020) que o surgimento do conceito de Responsabilidade Socioambiental Corporativa surgiu em função de ações direcionadas a sociedade e ao meio ambiente terem se somado à ética das corporações originando um novo modelo de gestão, mas a cobrança dessa postura ética já vai além da sociedade, pois tanto investidores, fornecedores, consumidores e demais atores impactados, direta ou indiretamente, pelas ações empresariais, passaram a assumir um papel de fiscalizadores.

Insta atenção para essa discussão, pois ao se estabelecer em uma dada região, a organização passa a ser responsável pelo impacto que causa as comunidades já estabelecidas nesse local, assim, sua responsabilidade vai além da movimentação

econômica. Com isso, operar de maneira lucrativa e socialmente responsável, tende a ser um dos principais objetivos de todas as organizações modernas (MACHADO; SILVA, 2020).

Dado o amplo debate e acervo conceitual sobre RSC, admitimos algumas motivações provocadoras dessas ações. Nesse sentido Machado e Silva (2020) destacam que a primeira motivação para a RSC advém de pressões externas sofridas pela organização oriundas dos consumidores, comunidade, legislação e principalmente da globalização; a segunda é a prática de ações sociais como instrumento de obtenção de benefícios ou vantagens; e a terceira e última é apresentada por Tenório (2006) como os princípios que se expressam nos valores da organização e norteiam sua relação com os seus *stakeholders*. Para Machado e Silva (2020) só este motivo é capaz garantir continuidade dos investimentos em ações sociais, mesmo que a organização enfrente períodos economicamente difíceis.

Nesse sentido, entende-se que um conjunto de ações isoladas com foco específico e temporal em problemas sociais igualmente isolados é incapaz de gerar sustentabilidade em um programa de responsabilidade socioambiental. Ou seja, não são ações isoladas, mas sim às políticas que perpassem a estrutura organizacional como um todo, que conseguem oferecer sustentabilidade a RSC.

Com isso, pensar políticas de acesso ao crédito consequentemente demanda pensar ações de intervenção, já que o mero repasse monetário de determinada quantia não sinaliza garantia de aplicação e gestão eficiente e rentável desse valor.

O crédito fornecido pelo sistema financeiro padrão, muitas vezes, é excludente, quando pretere perfis de clientes que não podem comprovar renda ou não fornecem garantias necessárias a instituições operadoras de crédito, que frequentemente exigem taxas exorbitantes de compensação ao risco àqueles que desejam acessar o *funding* (MIGUEL, 2012), considerando que a intenção prevalecente deste sistema é maximizar o lucro.

Observando esta característica excludente, percebemos que o Brasil se revela extremamente desigual segundo os dados de 2019 do Relatório da Organização das Nações Unidas. O relatório apresenta que 1% da população mais rica recebe quase o triplo das rendas de 40% da população brasileira. Ou seja, 28,3% da renda de todo o país é recebida por uma parcela mínima da população.

Segundo o IBGE (2019) no mesmo ano, 24,7% da população brasileira vivia abaixo da linha da pobreza com renda inferior a US\$5,5/dia, destes 73,60% compostos por pretos e pardos, e 51,9% por mulheres. Há ainda aqueles que abaixo da linha de extrema pobreza representados por 6,5% da população com renda inferior a US\$1,90/dia, 76,70% deles, pretos e pardos, e 52,3% de mulheres.

O índice GINI (2019), desenvolvido pelo Banco Mundial, revela que o Brasil se apresenta como 9º país mais desigual do mundo, ou seja, o 9º país com maior concentração de renda em 2019. Com um índice de população desocupada em 11,7%, dos quais 15% estão desocupados há pelo menos um ano, e 27,5% há mais de dois anos.

Essa desigualdade reflete um declínio social preocupante e revela demonstrar uma elevada distorção do crescimento econômico em relação ao desenvolvimento social. A disparidade é extrema, por conseguinte, as políticas públicas deveriam mitigar a concentração de renda por meio de programas e projetos que viabilizem o acesso a recursos indutores de créditos para investimento e consumo, acessíveis à população mais vulnerável.

Sen (2010) já considerava que não adianta ocorrer um aumento da renda, um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) sem que haja uma ampliação da capacidade de escolha pelo sujeito, sendo a liberdade meio e fim para o desenvolvimento.

O desenvolvimento em si já infere a ampliação destas capacidades, quando permite que todos possam ter acesso a condições iguais de oportunidades e garantias de justiça social, como verdadeira expressão da liberdade. E de fato o é, uma vez que o desenvolvimento econômico possui um significado mais profundo que o crescimento econômico. O desenvolvimento rompe números quantitativos e indiferentes à medida que qualitativamente tende a melhorar indicadores sociais visando à homogeneidade deste crescimento.

Daí nasce o microcrédito, como empréstimo de baixo valor, adveio de um modelo de financiamento que tem revolucionado a realidade de várias famílias e pequenos negócios. Desde Yunus e a concretização de seu projeto através do *Grameen Bank*, em Bangladesh, o fornecimento de pequenos empréstimos a microempreendedores, tornou-se uma realidade mundial e parte de políticas públicas para retirá-los da exclusão social, minimizando desigualdades sociais.

Historicamente no Brasil, os programas de microcrédito surgiram em 1950 com Dom Helder, pela Igreja Católica, para incitar pessoas menos favorecidas a iniciar atividades de ordem produtiva (ZOUAIN; BARONE, 2007). Em 1980, programas vinculados a instituições internacionais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foram implantados como sistemas alternativos ao sistema comercial de créditos, bem como fundos rotativos solidários. Nos anos 90, programas públicos de microcréditos principiaram no país, como o Crediamigo do Banco do Nordeste (BNB) e o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP).

A partir daí os programas se multiplicam, juntamente com o volume de valores subsidiados, exemplificando-se o PNMPO e o Programa Nacional de Microcrédito (Crescer), pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como o Agroamigo pelo BNB.

As políticas governamentais tem visado, a partir do PNMPO, integrar as instituições financeiras formais a outras instituições que fomentam o microcrédito à medida que incentivam os agentes do sistema financeiro a aplicar neste tipo de crédito e expande a concessão por parte de outras diversas instituições da iniciativa privada.

Assim, percebe-se um aumento de instrumentos de redução de desigualdades diretamente relacionados a um segmento de subsistência de pequenos trabalhadores rurais, pequenos negócios, notadamente informais, por meio de concessões de recursos oportunizando sobretudo ao público do microcrédito.

Analisar o microcrédito sob uma ótica eminentemente econômica restringe a função do Estado a um mero provedor econômico, reduzindo-o a um agente financeiro sem considerar as falhas estruturais existentes do mercado, abstraindo sua função social como também provedor de justiça social distributiva. Pois o Estado deve agir como um ponderador por meio de regulações do mercado, restringindo seus excessos e evitando o colapso social (KARL POLANYI, 2000).

As graves crises econômicas que notadamente assolaram o mundo dos anos vinte até a primeira década do segundo milênio surgiram ora de um intenso Estado Liberal ora de um Estado Neoliberal. Além do perigo de uma acumulação de espoliação ou acumulação predatória sem necessariamente imbricar em retorno social. Ainda que não se possam mensurar com exatidão os possíveis efeitos de crises econômicas, alguns se tornam proeminentes, como paralisia de mercados, recessões, impactos sobre classes

menos favorecidas como aumento das desigualdades e concentração de rendas nas mãos de poucos (BANERJEE-GUHA, 2013).

A quantidade de microcrédito concedido é proporcional ao nível de estabilidade econômica e política, uma vez que o acesso ao recurso provém da disponibilidade financeira e políticas permissivas (ZOUAIN; BARONE, 2007). Muito embora esse crédito possua relevância já creditada por políticas governamentais, à qualidade e o destino do crédito também devem ser considerados (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019). Esses autores inferiram que o microcrédito produtivo orientado visa uma política impulsionadora do mercado, através de estímulos a atividades produtivas de setores excluídos e quase invisíveis como fator de inclusão, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento social por meio de um processo plural de recuperação de capacidades.

Por conseguinte, a política de concessão de crédito, peculiarmente do microcrédito, deve evocar uma visão além da circulação de riquezas, apropriando-se do aspecto qualitativo do crescimento da economia a partir do fortalecimento dos mecanismos democráticos de uma sociedade inclusiva, visando o desenvolvimento local e o combate à pobreza.

O Estado deve garantir a plenitude da liberdade de forma isonômica, evitando-se distorções e apropriações de assimetria de Poder, pautando por um crescimento econômico com vistas ao desenvolvimento através de reinserção de sujeitos excluídos pelo sistema. E uma das deformidades mais evidentes em um país continental como o Brasil é a disparidade regional a partir de divergentes dinâmicas das atividades socioeconômicas, em virtude das regiões Norte e Nordeste serem, eminentemente, menos desenvolvidas que a região Sul e Sudeste (MACIEL; KHAN, 2009).

Lira (2007) delata que problemas socioeconômicos do Nordeste, como o baixo nível de produtividade na agricultura, a fragilidade agropecuária diante da estiagem prolongada e a reduzida qualificação da mão de obra. A autora destaca ainda a necessidade de democratização na distribuição socioespacial do dinheiro público, haja vista que alguns estados são mais beneficiados que outros, tendo ainda essa dimensão da desigualdade dentro de uma desigualdade já existente.

Diante o exposto, o enfrentamento desses desafios estruturais, ganha folego com políticas de microcrédito como fomentador de desenvolvimento social, humano e financeiro, solidificando e expandindo os programas que se consubstanciam na premissa

de permitir que muitos desassistidos e informais se apropriem de atividades geradoras de renda (SANTOS et. al. 2019).

O microcrédito orientado contribui para que o tomador assuma um papel empreendedor autônomo de gerar sua própria renda e amplia capacidades inexploradas e potencialidade ora renegadas, integrando-os ao processo produtivo ativamente e validando suas identidades.

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL BANCÁRIA

Autores como Tosini, Ventura e Cuoco (2008) destacam que a preocupação do setor financeiro com questões sociais e ambientais teve origem com os investidores socialmente responsáveis, muito embora existência de investidores que optam por investimentos com critérios sociais, seja secular, com base nas milenares tradições religiosas judaicas, cristãs e islâmicas. Às questões sociais se somaram os grandes acidentes ambientais contemporâneos, associados ao aquecimento global, destruição da camada de ozônio e outros vários riscos para a vida do planeta, levaram as questões ambientais a uma posição de destaque para os investidores sociais. E foi diante da necessidade de atender a demanda desses investidores, que as instituições financeiras passaram a analisar os investimentos tanto por critérios sociais quanto ambientais.

As questões sociais nos bancos, além de aspectos comuns de outros tipos de organizações, apresentam peculiaridades relacionadas à intermediação financeira. No caso das operações de crédito, os bancos podem atuar de duas maneiras, ou seja, atuam adotando critérios socioambientais para concessão de crédito e financiamentos, e ofertando operações de crédito específicas, com objetos ou objetivos sociais ou ambientais (TOSINI; VENTURA; CUOCO, 2008).

Nesse sentido as empresas do setor bancário estão associadas aos impactos indiretos resultantes da sua atividade operacional. Com isso os bancos possuem poderes que podem ser utilizados na implementação de exigências relativas à utilização do recurso concedido apresentando assim papel decisivo no desenvolvimento e na promoção da RSC em função da possibilidade de exercerem influência sobre o comportamento de impacto social e ambiental de outras empresas. Desse modo cresce as pressões sobre os bancos

para que desenvolvam práticas éticas e sociais, e as divulguem (SOBHANI; AMRAN; ZAINUDDIN, 2012; KHAN et al., 2011; SCHLISCHKA et al., 2009).

Branco e Rodrigues (2008), após pesquisas em bancos portugueses, sugerem que os bancos de maior visibilidade se interessam mais em incluir em suas estratégias a Responsabilidade Social Corporativa do que os bancos de menor visibilidade.

Se observarmos o Brasil, há uma quantidade maior de companhias, fundos e bancos que procuram direcionar partes de seus investimentos a questões sociais e ambientais, uma vez que seus *stakeholders*, como acionistas, clientes, credores e parceiros, estão mais exigentes na escolha de seus investimentos (OLIVEIRA, 2013). Assim, as exigências externas oriundas de investidores estrangeiros condicionam suas escolhas a ativos que reforcem critérios sociais, éticos ou ambientais.

O mercado financeiro também se pronuncia com indicadores de sustentabilidade e responsabilidade social tentando influenciar os valores das ações de empresas de capital aberto, a partir da medição de práticas de governança corporativa. No Brasil faz-se uso do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pela Bolsa de Valores. Na Inglaterra, o FTSE 4Good funciona como índice ético do mercado de ações do Reino Unido. Nos Estados Unidos, a Bolsa de Nova York emite índice *Dow Jones Sustainability World Index* (OLIVEIRA, 2013).

Além desses índices, existem muitos outros como o Calvert Social Index, Domini 400 Social Index, que visam objetivos similares englobando temas transversais como direitos humanos, corrupção, igualdade de gênero, entre outros; temas setoriais envolvendo habitação, geração de energia, mudanças climáticas, entre outros; e por fim, temas operacionais como inclusão financeira, direito do consumidor e prestação de contas (OLIVEIRA, 2013).

El Ghouli, Guedhami, Kwok e Mishra (2011) sugerem que a inclusão de estratégias de práticas de Responsabilidade Social contribui para uma maior valorização de suas organizações frente à *stakeholders*, reduz o custo do capital próprio, bem como minora riscos.

Cardoso (2013) ainda destaca que a Responsabilidade Social Corporativa se apresenta mediante ações que tendem a gerar emprego e renda, conscientização e capacitação da sociedade para o mercado competitivo, treinamento, boas condições de

trabalho, proteção ao meio ambiente, busca de insumos com certificado de qualidade, e também retorno dos investimentos dos acionistas.

A partir destas observações, constatamos que a mudança de filosofia de uma visão restrita a lucro das grandes corporações resta ultrapassada e se coaduna as necessidades emergentes do momento - a de um desenvolvimento sustentável com políticas de justiça e equidade social, e o microcrédito, nesse contexto, se expande como operações além dos bancos públicos para bancos privados, como alternativa viável à perspectiva de investimentos responsáveis ou sustentáveis (OLIVEIRA, 2013).

AGROAMIGO E SUA IMPORTÂNCIA COMO MICROCRÉDITO DE PRODUÇÃO

A discussão proposta nesse texto toma como referência de microcrédito o programa Agroamigo, mas antes de tratar de suas especificidades é necessário discutir alguns fundamentos de microcrédito, por isso partiremos da concepção da proposição de que este reúne alguns pilares básicos, os quais segundo Paiva e Galiza (2002), são: empréstimo de recursos para microempreendedores, sem acesso ao mercado formal de crédito; eliminação de exigência de garantias reais; aproximação do agente de crédito de microfinanças e o cliente; e a manutenção de taxas de juros capazes de tornar a Instituição de Microfinanças (IMF) sustentável, não-subsidiada.

A partir destes pilares, podemos apresentar algumas definições de microcrédito. Assim, admitimos a proposição de Barone et. al, (2002) ao afirmarem que o microcrédito caracteriza-se pela concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional. Corroborando com essa definição citamos também Barone e Sader (2008), que entendem o microcrédito como qualquer serviço financeiro para microempreendedores, exceto microcrédito para o consumo. A literatura propõe que esse tipo de microcrédito, voltado para os microempreendedores, pode ser definido como microcrédito produtivo (ALMEIDA, 2013).

Almeida (2013) destaca alguns efeitos no combate à pobreza, gerados pelo microcrédito, a saber: eficiência na utilização dos ativos da família, aumento da capacidade de geração de renda e, melhora na habilidade das famílias hipossuficientes

para lidar com flutuações de renda. Com isso o microcrédito reduz essa condição das famílias, pois assumem um papel de nanocapitalistas potenciais e não apenas como pessoas segmentadas na sociedade.

Em meados da década de setenta com o lançamento do *Grameen Bank*, em Bangladesh, constatamos a expansão do microcrédito, que chega à América Latina, mas precisamente no Peru, Chile e Bolívia, nos anos oitenta, e no caso do Brasil apareceu apenas na década de noventa com a participação do Terceiro Setor (COSTA, 2010).

Segundo Costa (2010) as iniciativas mais antigas entre os bancos públicos federais cabem destacar o Banco do Nordeste (BNB) em funcionamento desde 1998, que criou uma OSCIP nomeada de Instituto Nordeste Cidadania, para operar diretamente o microcrédito. Para isso o Instituto realizava análise de crédito, assessoramento empresarial e acompanhamento de pagamentos, focando a região rural do semiárido nordestino. Assim o BNB atuava como a maioria das OSCIP voltadas ao microcrédito produtivo orientado, ou seja, atuava com grupos de aval solidário e agentes de crédito itinerantes, muitos dos quais agrônomos terceirizados.

Já o Agroamigo, também do BNB, é um Programa de Microcrédito Rural Orientado e Acompanhado, que tem por objetivo financiar atividades no meio rural, intuindo contribuir positivamente com a condição econômica e social de agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com exceção dos grupos A e A/C, limitado a uma operação de até R\$ 20 mil, em duas modalidades: Agroamigo Crescer (para agricultores enquadrados no grupo B do Pronaf), Agroamigo Mais (agricultores enquadrados nos demais grupos do Pronaf); e ainda conta com uma linha de crédito chamada Agroamigo Sol (crédito que financia a implantação de sistemas de micro e minigeração de energia solar e outras fontes renováveis) (DURTE, 2017; BNB, 2021).

O programa foi criado em 2005, com atuação em todo o Nordeste brasileiro, juntamente com as regiões norte do Espírito Santo e também de Minas Gerais, tendo como fonte de recursos o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), tendo como agentes responsáveis pelas operações de crédito o BNB em parceria com o Instituto Nordeste de Cidadania (INEC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (BNB, 2016).

Segundo Maia e Pinto (2015) o programa é uma releitura das políticas de microcrédito do PRONAF B, pois foi criado para melhorar a aplicação e a qualificação do crédito na agricultura familiar já que a prática de financiamentos para esse público no modelo tradicional acarretava elevada inadimplência, incentivo a cultura do não pagamento, e pouca efetividade na mudança de cenário em relação às famílias envolvidas.

Segundo o BNB (2021) em abril de 2021 os resultados Agroamigo registraram aplicação de R\$ 21,3 bilhões desde a sua criação, o que compreende a 5,93 milhões de operações, e uma carteira ativa de R\$ 5,34 bilhões, contando com mais de 1,39 milhão de clientes ativos. Os agricultores que acessam o Agroamigo são atendidos para desenvolver qualquer atividade que gere renda no campo ou em aglomerado urbano, sejam essas atividades agrícolas, pecuárias ou outras não agropecuárias no meio rural, como turismo rural, agroindústria, pesca e artesanato. Esses dados destacam a importância econômica e social do programa como vetor de desenvolvimento econômico.

METODOLOGIA

Partimos do método de abordagem indutiva no qual segundo Freitas e Prodanov (2013) a generalização dos achados deriva de observações dos casos da realidade concreta, de modo que são as constatações particulares que levam à elaboração de generalizações. Lakatos e Marconi (2007) ainda destacam que a indução é um do qual partindo de dados particulares, suficientemente constatados, para inferir uma verdade geral, não contida nas partes examinadas, levando-nos a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Assim, o trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2006), que concordando com Gil (2010) quanto ao objetivo da pesquisa, a mesma é descritiva, pois busca descrever a relevância do microcrédito rural na execução da política de responsabilidade socioambiental do setor bancário no nordeste brasileiro.

Por tratar-se de uma pesquisa básica de cunho descritivo, que segundo Freitas e Prodanov (2013), descreve as características de determinado fenômeno e estabelece relações entre variáveis. No procedimento técnico usamos a pesquisa documental (FREITAS; PRODANOV, 2013; GIL, 2008) para análise dos relatórios gerenciais anuais e de microfinanças do Banco do Nordeste (BNB) para 2020. Cabe nesse sentido, destacar

que a pesquisa documental possibilita investigar determinada problemática de forma indireta, fazendo para isso, o estudo dos documentos produzidos e que possibilitam compreender um fato social (SILVA, et. al 2009).

Os documentos foram acessados via site da instituição bancária e analisados em junho de 2021. É apresentada abaixo a descrição dos documentos analisados:

Quadro 1 – Documentos analisados

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	ACESSO
Política de Responsabilidade e Socioambiental (PRSA)	A PRSA foi elaborada como forma de consolidar as ações de aspecto ambiental, Social e de Governança (ASG) que o Banco do Nordeste realiza, norteando o desenvolvimento de todas as atividades da instituição e seu relacionamento com as partes interessadas, além de permear toda a sua estrutura organizacional.	https://www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental
Relatório de Sustentabilidade de 2019	Ferramenta de divulgação das principais ações sociais e ambientais desenvolvidas pela instituição.	https://www.bnb.gov.br/relatorios-de-sustentabilidade
Relatório gerencial anual e de microfinanças de 2020	Relatórios gerenciais anuais e os relatórios de microfinanças.	https://www.bnb.gov.br/agroamigo/relatorios-e-resultados

Fonte: Autores (2021)

Para análise dos documentos usamos a análise de conteúdo (BARDIN, 2006) tendo sido a análise dividida operacionalmente em pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Assim o artigo usa a técnica de análise representacional que visa medir as atitudes do banco quanto aos objetos de que ele fala, e fundamenta-se no fato de que a linguagem representa e reflete diretamente aquele que a utiliza. A técnica em questão se atém à direção e à intensidade dos juízos, atendo-se, basicamente, à atitude e predisposição do banco para reagir sob a forma de opiniões e de atos (BARDIN, 2006; MINAYO, 2000).

ANÁLISES E DISCUSSÕES

As análises foram realizadas nas ultimas versões dos seguintes documentos do Banco do Nordeste (BNB): Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA);

Relatório de Sustentabilidade do Banco (RSB); Relatório Gerencial Anual, e o Relatório de Microfinanças.

O documento que apresenta a PRSA trás em seu preambulo que a mesma permeia toda a estrutura organizacional do banco, bem como que norteia as demais políticas da instituição quanto à temática socioambiental, orientando que as unidades hierárquicas devem observar e cumprir os princípios e diretrizes propostas nessa política (BNB, 2021). Ao analisarmos a proposição da PRSA, constatamos que se trata de fato de uma política que se estende a todas as unidades da instituição.

Para atender ao objetivo do artigo, a análise considera as predisposições e atos referentes diretamente ao microcrédito.

O documento destaca sua base normativa, haja vista que a elaboração e revisão da política estão em consonância com a Resolução do Banco Central do Brasil (BACEN) nº 4.327 de 25/04/2014, que trata das diretrizes a serem observadas no estabelecimento e implementação da PRSA pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e o Normativo do Sistema de Auto-Regulação Bancária (SARB) nº 14 de 28/08/2014, que, no âmbito da criação e implementação de Política de Responsabilidade Socioambiental, formaliza as diretrizes e procedimentos fundamentais para as práticas socioambientais dos seus Signatários nos negócios e na relação com as partes interessadas.

O banco apresenta em sua PRSA os princípios orientadores fundamentais para o desenvolvimento sustentável, na condição de banco de desenvolvimento e na aplicação do crédito. Ao todo são apresentados oito princípios, dos quais, três possuem relação direta com o programa Agroamigo. Destacamos então esse três princípios: “Promoção do desenvolvimento sustentável na concessão do crédito e no apoio financeiro a projetos de diferentes naturezas, primando pela busca contínua do equilíbrio econômico, financeiro, social e ambiental; Mensuração dos riscos socioambientais nas análises de clientes, de empreendimentos e de projetos; e a Promoção, apoio e difusão de iniciativas e projetos socioambientais”.

Constatamos que a concessão de crédito como meio de equilíbrio em quatro dimensões: econômico, financeiro, social e ambiental. Algo muito importante visto como principio é mensuração de risco socioambiental dos projetos, haja vista que nesse sentido a instituição já apresenta uma predisposição a atuar como agente de fomento para projetos

que tragam em seu planejamento preliminar a preocupação com os impactos da realização de suas atividades.

Uma vez apresentada à relação dos princípios da PRSA com o microcrédito, trazemos também as diretrizes orientadoras da PRSA do BNB, que apresenta essas diretrizes divididas em quatro pilares: Fomento, Engajamento, Operação e Estratégia. Esses pilares estão subdivididos em onze temas, cada um com seus respectivos objetivos. Essas Diretrizes B apresentam-se com a seguinte estrutura:

Quadro 2 – Estrutura das Diretrizes da PRSA do BNB

PILAR	TEMA	OBJETIVOS (QUANTIDADE)
Fomento	Desenvolvimento Sustentável	5
	Crédito	13
	Risco socioambiental	4
	Pesquisa e difusão	4
	Produtos e Serviços	2
	Subtotal	28
Engajamento	Gerais	4
	Responsabilidade socioambiental	9
	Divulgação	6
	Partes Interessadas	10
	Subtotal	29
Operação	Gestão empresarial e ação institucional	8
	Subtotal	8
Estratégia	Governança	3
	Subtotal	3
TOTAL	11 temas	68 objetivos

Fonte: Adaptado da PRSA do BNB (2021).

A análise das diretrizes possibilitou a constatação de que dos quatro pilares, dois deles apresentam ou o termo crédito ou ações com relação direta com pelo menos uma das modalidades do Agroamigo ou com a linha de crédito Agroamigo Sol. Portanto, o Quadro 3 apresenta o pilar, seus temas e objetivos que possuem relação direta com o programa Agroamigo.

Quadro 3 – Diretriz, pilar e tema com relação direta com o Agroamigo.

OBJETIVOS DA PSAR DO BNB E SUA RELAÇÃO DIRETA COM O AGROAMIGO			
Pilar	Tema	Objetivo	Modalidade ou Linha de crédito relacionada
Fomento	Desenvolvimento sustentável	<p>Promover a sustentabilidade das atividades econômicas para o desenvolvimento regional, fortalecendo a responsabilidade socioambiental do Banco do Nordeste.</p> <p>Contribuir para a prevenção, adaptação, mitigação e minimização dos efeitos negativos causados pelas mudanças do clima.</p> <p>Estimular o desenvolvimento territorial e local, integrados e sustentáveis que possibilite que as comunidades sejam capazes de suprir suas necessidades, descobrir ou despertar suas vocações territoriais e locais com valorização da cultura territorial e local e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, potencializando suas vantagens territoriais e locais.</p>	<p>Agroamigo Crescer</p> <p>Agroamigo Mais</p> <p>Agroamigo Sol</p> <p>Agroamigo Sol</p> <p>Agroamigo Crescer</p> <p>Agroamigo Mais</p> <p>Agroamigo Sol</p>
	Crédito	<p>Contribuir para a prevenção, mitigação e minimização dos impactos socioambientais decorrentes das atividades e empreendimentos financiados pelo Banco.</p> <p>Estimular o desenvolvimento de pequenos negócios por meio do microcrédito, promovendo a inclusão financeira.</p> <p>Apoiar o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar por meio do crédito e do incentivo à adoção de diferentes tecnologias, sobretudo aquelas relacionadas à convivência com o semiárido.</p> <p>Incentivar a adoção de práticas sustentáveis nos projetos e empreendimentos financiados, tais como: Utilização de fontes de energias renováveis e limpas.</p> <p>Fomentar negócios sustentáveis em consonância com as potencialidades dos biomas existentes na Área de Atuação do Banco, por meio da disponibilização de linhas de crédito verde que incluam produção de base agroecológica, tecnologias de convivência com o semiárido, geração e utilização de energias renováveis, [...].</p>	<p>Agroamigo Crescer</p> <p>Agroamigo Mais</p> <p>Agroamigo Sol</p> <p>Agroamigo Crescer</p> <p>Agroamigo Mais</p> <p>Agroamigo Crescer</p> <p>Agroamigo Mais</p> <p>Agroamigo Sol</p> <p>Agroamigo Sol</p> <p>Agroamigo Crescer</p> <p>Agroamigo Mais</p> <p>Agroamigo Sol</p>

	Risco socioambiental	Considerar nas análises de risco socioambiental das propostas de financiamento: as atividades econômicas com maior potencial para causar danos socioambientais [...].	Agroamigo Crescer Agroamigo Mais Agroamigo Sol
	Produtos e Serviços	Buscar o aperfeiçoamento contínuo do portfólio de produtos e serviços bancários relacionados às finanças verdes e ao apoio às causas sociais.	Agroamigo Crescer Agroamigo Mais Agroamigo Sol
Engajamento	Geral	Combater quaisquer práticas que não estejam em conformidade legal e que se mostrem vinculadas a ações de favorecimento pessoal ou que caracterizem situações de corrupção ou suborno.	Agroamigo Crescer Agroamigo Mais
		Contemplar de maneira explícita em todos os instrumentos de crédito, termos de parceria, acordos, convênios e contratos celebrados pelo Banco, exigências relacionadas ao combate à discriminação de qualquer natureza, ao trabalho adolescente [...] ao trabalho em condição análoga à de escravo [...].	Agroamigo Crescer Agroamigo Mais
	Responsabilidade socioambiental	Priorizar projetos de responsabilidade socioambiental que tenham como foco a população de baixa renda [...] e geração de emprego e renda.	Agroamigo Crescer Agroamigo Mais
		Apoiar projetos, programas e ações de responsabilidade socioambiental que visem minimizar desigualdades sociais [...].	Agroamigo Crescer Agroamigo Mais
	Partes Interessadas	Desenvolver ações que promovam educação financeira para clientes e colaboradores.	Agroamigo Crescer Agroamigo Mais

Fonte: Adaptado da PRSA do BNB (2021).

Da análise do documento que apresenta a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) podemos constatar que os pilares de Fomento e Engajamento, contêm sete temas nos quais se verificam ações e objetivos com relação direta ao programa Agroamigo. Podemos justificar essa relação pela finalidade do objetivo, que indicam sustentabilidade da atividade econômica que pode ser alcançada pelas duas modalidades disponíveis bem como pela linha de crédito Sol; a prevenção, adaptação, mitigação e minimização dos efeitos negativos causados pelas mudanças do clima pela linha de crédito Agroamigo Sol; o desenvolvimento regional e local, e de pequenos negócios, bem como da Agricultura Familiar que pode ser alcançado pelo programa Agroamigo.

Cabe destacar que uma das ações proposta pela PRSA é utilização de fontes de energias renováveis e limpas. Essa ação de extrema relevância, pois destaca a atualização constante das linhas crédito, como o é exemplo do Agroamigo Sol, que se trata de uma proposta atual, sustentável, e de baixo impacto, com grande potencial dada as condições de climáticas do semiárido nordestino, que possui regularidade periódica de disponibilidade de luz solar. Ainda nesse aspecto a PRSA indica também o fomento das tecnologias de convivência com o semiárido, e a mitigação de atividades econômicas com maior potencial para causar danos socioambientais.

Dada à finalidade do Agroamigo, cabe destacar que a PRSA do BNB ao propor geração de emprego e renda, busca também combater o trabalho em condição análoga à de escravo e minimizar desigualdades sociais, indicando ainda a promoção da educação financeira tanto para clientes como para colaboradores.

Por conseguinte, ao constatar que metade dos pilares da PRSA faz menção a ações que podem ser alcançadas por meio do Agroamigo, tendo sete temas de relação direta e quinze objetivos ou ações propostas como citado anteriormente, podemos perceber que o microcrédito rural assume significativa relevância na execução da política de responsabilidade socioambiental do setor bancário no nordeste brasileiro.

Ao analisarmos o Relatório de Sustentabilidade de 2019 do BNB, podemos constatar que a instituição destaca a relevância do programa Agroamigo, ao afirmar que o programa teve aplicação de R\$ 2,5 bilhões, distribuídos em 495 mil operações destinadas a produtores beneficiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tendo aberto 491,8 mil contas, e que o programa desempenha papel de

alta relevância na viabilização da produção de alimentos e oportuniza condições de permanência do agricultor no campo (BNB, 2019). Esse mesmo relatório destaca que o Agroamigo, atende agricultores familiares no meio rural, e juntamente com o Crediamigo responde pelo maior contingente de valores aplicados em microcrédito para empreendimentos produtivos no Brasil, atuando como estratégia de redução de desigualdades socioeconômicas no Brasil (BNB, 2019).

Podemos constatar que o programa Agroamigo, financiou segundo o relatório de sustentabilidade diversos tipos de negócios, atividades produtivas e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, tendo mobilizado recursos para projetos que combinam integridade ecológica, lucratividade financeira, sustentabilidade e equidade social. Para isso se destaca o estímulo ao desenvolvimento de atividades com padrões de consumo e de produção vinculados à disponibilidade de recursos, priorizando a otimização dos recursos e equilíbrio dos ecossistemas existentes (BNB, 2019).

A PRSA apresenta no pilar Engajamento o tema Partes Interessadas, o qual destacamos o desenvolvimento de ações de promoção a educação financeira para clientes. Nesse sentido, podemos constatar no relatório o destaca o planejamento de ações de capacitação do Agroamigo para suprir os clientes com informação sobre atividades desenvolvidas, gerenciamento de recursos financeiros e equilíbrio orçamentário. A instituição informa ainda a realização de palestras informativas e eventos realizados abrangendo conscientização ambiental, noções de educação financeira, construção de empreendimentos com base ecológica e sustentáveis, adoção de novas tecnologias de comunicação e de produção, e as etapas metodológicas como: visitas de acompanhamento, visitas de reembolso e visita de renovação, como oportunidades de orientação, acompanhamento e capacitação (BNB, 2019).

O BNB destaca que em 2019, foram contratados 516,141 mil financiamentos, envolvendo o total de R\$ 3,07 bilhões. Desse montante aplicado, 75,8% compreendem financiamentos no Semiárido, incluindo as operações realizadas pela metodologia Agroamigo, tendo o programa atingido uma carteira ativa de R\$ 4,76 bilhões, representando um aumento de 3,91% dos valores alcançados em 2018, e mais de 1,39 milhão de operações (BNB, 2019).

Da análise do Relatório Gerencial Anual disponível no Documento Caderno Gerencial do Agroamigo de 2020, foi possível propor o Quadro 4 abaixo.

Quadro 4 – Resultados do Agroamigo em 2020.

MODALIDADE	CLIENTES ATIVOS	OPERAÇÕES ATIVAS	CARTEIRA ATIVA	VALOR MÉDIO ATIVO POR OPERAÇÃO
Agroamigo Crescer	1.257.565	1.458.968	R\$ 4,14 bilhões	R\$ 2.837,92
Agroamigo Mais	73.351	89.531	R\$ 937.433 mil	R\$10.470,49

Fonte: BNB (2020).

Segundo o relatório o programa mantém adimplência acima de 95% desde 2016, atingindo em 2020 um percentual de 97,5%. O programa disponibilizou desde 2005 até 2020 R\$ 20,3 bilhões, em 5.732.013 de operações contratadas, atendendo a 2.423.635 de clientes (BNB, 2020).

O Relatório de Microfinanças de 2020 indica que do total de clientes do programa Agroamigo, 25% tem renda até R\$ 3 mil, 52% tem renda até R\$ 5 mil e 85% tem renda até R\$ 10 mil, e 92% desses clientes possuem escolaridade apenas até o ensino médio incompleto (BNB, 2020).

Assim, ao comparar o conjunto de dados exposto, é possível constatar a grande relevância do microcrédito rural na implementação da política de responsabilidade socioambiental do Banco do Nordeste, que por sua vez é a instituição responsável pela maior parte dessas operações no semiárido nordestino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos documentos aprontados, concluímos que no caso a Política de Responsabilidade Socioambiental há uma estruturação que toma por base princípios e diretrizes endossadas tanto pelos critérios de responsabilidade e ética, bem como pela mitigação de mazelas sociais e econômicas, como é o caso do desemprego e da fome no campo. Além desses aspectos, a PRSA do BNB mantém sempre a perspectiva da sustentabilidade como orientação básica na execução de suas ações. Destacamos como exemplo a linha de crédito Agroamigo Sol, que além de ser uma opção viável

economicamente é também uma ferramenta de fomento a utilização de tecnologias e energias renováveis.

Ao analisarmos o Relatório de microfinanças podemos constatar que a maior parte dos clientes do Agroamigo são pessoas de baixa escolaridade, já que 92% desses clientes possuem no máximo ensino médio incompleto e que possuem renda média de até R\$ 3 mil. Mesmo o relatório indicando a realização de palestras informativas e eventos que abrangem conscientização ambiental, noções de educação financeira, construção de empreendimentos ecológicos e sustentáveis, adoção de novas tecnologias de comunicação e de produção, e as etapas metodológicas como: visitas de acompanhamento, visitas de reembolso e visita de renovação, como oportunidades de orientação, acompanhamento e capacitação (BNB, 2019), se destaca a necessidade de acompanhamento sistemático desses clientes, pois dada a baixa escolaridade, a indisponibilidade de estrutura tecnológica e institucional nas zonas rurais do nordeste brasileiro, esses clientes acabam desassistidos de ações de Assistência Técnica Rural (ATeR). A ausência dessa assistência acaba por prejudicar muito projetos de empreendimento, que naturalmente requerem noções de controle financeiro, gestão de recursos e análise de indicadores de viabilidade.

Dado o perfil dos clientes do Agroamigo em todas as suas modalidades, parece ser necessária à implementação de um sistema de orientação e assistência técnica e gerencial, pois só assim é possível garantir sustentabilidade financeira e independência a esses clientes.

Logo, é perceptível que a Política de Responsabilidade Socioambiental carrega profunda relação com o programa de microcrédito Agroamigo. Essa relação é constatada por meio dos dados divulgados tanto no Relatório de Sustentabilidade quanto no Relatório Geral Anual e no Relatório de Microfinanças.

Toda via, o texto aqui apresentado analisa apenas os últimos relatórios, acreditamos que uma comparação dos relatórios de múltiplos bancos considerando a última década, seja capaz de explicar com mais segurança de detalhes e informações a significância dos programas de microcrédito para a implementação da política de responsabilidade social do setor bancário.

Concluimos sugerindo que pesquisas futuras podem contribuir com essas discussões, ao realizarem pesquisas comparativas dos relatórios de microfinanças dos

bancos públicos e privados com os resultados apresentados pelo PNMPO e demais instituições como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA).

AGRADECIMENTOS

Ao programa de Bolsa de Doutorado em Administração pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) sem o qual não teria sido possível a produção desse artigo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tatiana Aquino; DA SILVA, Jandeson Dantas; OLIVEIRA, Marcelle Colares. Responsabilidade social corporativa e a influência de aspectos do ambiente institucional: uma análise no setor bancário brasileiro. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 4, p. 44-62, 2016.

ALMEIDA, Fábio Guedes de Oliveira. **Impacto do microcrédito na redução da pobreza na região Nordeste**. 2013.

BANERJEE-GUHA, Swapna. Accumulation and dispossession: Contradictions of growth and development in contemporary India. **Journal of South Asian Studies**, South Asia, v.2. n.36, p.165-179, 2013.

BARDIN, A. Laurence. **Análise de conteúdo**. L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans. Lisboa: Edições, v. 70, 2006.

BARONE, F. M. LIMA, P. F. DANTAS, V. REZENDE, V. **Introdução ao microcrédito, Conselho de Comunidade Solidária**, 2002.

BARONE, F. M. SADER, E. **Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectiva**, Revista de Administração Pública, 42(6), p. 1249-67, 2008.

BRANCO, M. C., & RODRIGUES, L. L. (2008). Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies. **Journal of Business Ethics**, 83, 685-701.

BNB. **Agroamigo** – Banco do Nordeste. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/agroamigo>>. Acesso em 18 de jun. 2021.

_____. **Agroamigo Caderno Gerencial** – Banco do Nordeste. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/documents/7981693/0/2020.12.Relat%C3%B3rio+Gerencial+-+Agroamigo-bTeOoqrA.pdf/1876bdef-1f71-9fd1-ec0e-2b5f50022156>>. Acesso em 22 Jun. 2021.

____. **Relatório de 2020** – Banco do Nordeste. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/documents/7981693/0/RELAT%C3%93RIO-2020-CREDIAMIGO-E-AGROAMIGO.pdf/00416e5d-b5bb-3d74-174f-147880172846>>. Acesso em 22 Jun. 2021.

____. **Política de Responsabilidade Socioambiental** – Banco do Nordeste. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental>>. Acesso em 22 jun. 2021.

____. **Relatório de Sustentabilidade de 2019** – Banco do Nordeste. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/documents/320335/3959651/RELAT%C3%93RIO+DE+SUSTENTABILIDADE+2019+Diagramado.pdf/aa76ad80-5b29-b181-7bab-b9305b5d90e9>>. Acesso em 22 Jun. 2021.

BRASIL. IBGE. Síntese de Indicadores Sociais – 2020. **Uma análise das condições de vida da população brasileira.** Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/6178888f440cadd3ff272b61aef88c2c.pdf>. Acesso em 03 Jun.2021.

CARDOSO, Vanessa Ingrid da Costa et al. Investimentos em responsabilidade social corporativa e criação de valor nos maiores bancos brasileiros. **Registro Contábil**, v. 4, n. 2, p. 90-104, 2013.

CORPORATE KNIGHTS. **2021 Global 100 ranking.** Jan. 2021. Disponível em <https://www.corporateknights.com/reports/2021-global-100/2021-global-100-ranking-16115328>> Acesso em 17 jun. 2021.

EL GHOUL, S ; GUEDHAMI, O ; KWOK, Ccy ; MISHRA, Dr. Journal Of Banking & Finance, 2011 Sep, Vol.35(9), pp.2388-2406 [Periódico revisado por pares] Does corporate social responsibility affect the cost of capital?, Journal of Banking & Finance, Volume 35, Issue 9, 2011.

FILHO, J. do A. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista.** Planejamento e Políticas Públicas, [S. l.], n. 14, 2009. Disponível em: <www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129>. Acesso em: 4 jun. 2021.

JUNIOR, J. S.; QUINTELA, R.H.S. *Development: an analysis of concepts, measurement and indicators.* BAR-**Brazilian Administration Review** 5 (2), 104-124, 2008.

LIRA, S. M. de. Os desafios da região Nordeste no contexto atual das políticas sociais. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife: UFPE/MSEU, v.01, n.02, 2012.

KHAN, M. H. U. Z.; ISLAM, M. A.; FATIMA, J. K.; AHMED, K. Corporate sustainability reporting of major commercial banks in line with GRI: Bangladesh evidence. **Social Responsibility Journal**, v. 7, n. 3, p. 347-362, 2011.

MACHADO, Pollyana; SILVA, Naiara. **MODELOS DE BALANÇO SOCIAL NO BRASIL: um estudo comparativo. REASU-Revista Eletrônica de Administração da Universidade Santa Úrsula**, v. 5, n. 1, 2020.

MACIEL, Harine M; KHAN, Ahmad Saeed. O impacto do programa de microcrédito rural (agroamigo) na melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas no estado do Ceará: um estudo de caso. **Revista de Economia e Agronegócio**, Vol.7, nº 1, 2009.

MAIA, G. B. S e PINTO, A. R. Agroamigo: Uma Análise de sua Importância no Desempenho do PRONAF B. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza. v. 46, suplemento especial, jul. 2015.

MIGUEL, A. C. (2012). Microcrédito no Brasil: uma agenda de política pública para o mercado de microfinanças. **REDD –Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, 4(2), 1-23.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 269 p.

PAIVA, Luis Henrique; GALIZA, Marcelo. **Microcrédito: alternativas em evidência no país**. 2002.

POLANYI, K. 1886-1964. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Karl Polanyi; Tradução de Fanny Wrabel. 2ª ed. Rio de Janeiro: 2000.

OLIVEIRA, José Antonio Pupim de. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

OLIVEIRA, Bruno B. de; OLIVEIRA, Maria das Graças M. D. de. **Políticas de microcrédito produtivo e a busca pelo desenvolvimento nacional**. Direito e Desenvolvimento, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 19-32, jan./jun. 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com liberdade**. Companhia de Bolso, p. 16-149, 2010.

SANTOS, A. L. C., BARROS, L. A. B. C., TAKEDA, T., & GONZALEZ, L. (2019). Efeitos de mudanças regulatórias no microcrédito no desempenho financeiro e social de cooperativas de crédito brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, 30(81), 338-351.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente**. In: Congresso Nacional de Educação. 2009. p. 4554-4566.

SOBHANI, F. A., AMRAN, A., ZAINUDDIN, Y. Sustainability disclosure in annual reports *and websites*: a study of the banking industry in Bangladesh. **Journal of Cleaner Production**, v. 23, n. 1, p. 75-85, 2012.

SCHLISCHKA, H. E.; REIS, S. G.; RIBEIRO, M. S.; REZENDE, A. J. Crédito ambiental: análise para concessão de crédito sob a ótica da responsabilidade socioambiental. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos – BASE**, v. 6, n. 1, p. 37-48, 2009.

STANISLAVSKÁ, Lucie Kvasničková; MARGARISOVÁ, K.; Šťastná, K.; Corporate Social Responsibility in banking sector. Journal volume & issue. Vol. 60, n. 2, pp. 157 – 164, 2012.

TENÓRIO, F. G. **Responsabilidade Social Empresarial: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TOSINI, Maria de Fátima Cavalcante; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; CUOCO, Luciana Graziela Araújo. Políticas de responsabilidade socioambiental nos bancos: indutoras do desenvolvimento sustentável? **Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central**, v. 2, n. 2, p. 55, 2008.

YUNUS, M.; JOLIS, A. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

COMO CITAR

FELIX, E. M. et al. POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL BANCÁRIA E MICROCRÉDITO RURAL NO NORDESTE BRASILEIRO. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – RIEC**, v.5, n.2, 2022.